

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

A Economia Francesa Contemporânea através de duas Contribuições Recentes

AUGUSTO DE REZENDE ROCHA

La Pensée Économique en France depuis 1945. Presses Universitaires de France, Paris, 1953.

REGISTRAMOS em meados de 1952, nesta mesma Seção, a propósito do *Cours d'Économie Politique*, do Prof. Jean Marchal, e do primeiro volume do *Traité d'Economie Politique*, editado sob a direção do Prof. Louis Baudin, "a quantidade e a importância das publicações econômicas e financeiras com que, depois da guerra, a ciência francesa vem procurando conservar a posição que ocupou por tantos anos no mundo da inteligência e da cultura" (*Revista do Serviço Público*, junho de 1952).

Tem sido um florescimento de tal natureza que surpreende mesmo em país como a França, que habituou a humanidade a êsses periódicos renascimentos. Pareceu-nos, por isto mesmo, "já tinha soado a hora de serem arquivados certos compêndios dessas disciplinas, cujos serviços vinham prolongando-se desde o século passado. Só mesmo a qualidade literária de alguns desculpava existência tão longa e pertinaz — até certo ponto incompreensível, quando se pensa nas transformações e no reexame crítico por que tinham passado, em outros países, natureza, objeto e problemas básicos de Economia Política e Finanças Públicas".

Explica-se, pois, o tom — francamente alvissareiro — com que saudamos aquelas duas publicações, que se caracterizavam por uma profundidade e uma riqueza de documentação deveras invulgares. Elas abriam literalmente novos horizontes à ciência francesa; e reconduziam-na ao prestígio que sempre fôra o seu, ainda que antes da guerra se depauperasse sensivelmente. Hoje, sem dúvida, em poucos países se observará tanta vitalidade no estudo de problemas econômicos. E não se alegue que apenas nos aspectos doutrinários — esfera de eleição do espírito francês — porque trabalhos como os de HENRI GUITTON (*Les Fluctuations Économiques*) ou de RAYMOND BARRE (*La Période dans l'Analyse Économique*) vêm restaurar a tradição de um país que se orgulha, compreensivelmente, de ter dado Walras à Teoria Econômica. A meditação filosófica e a especulação abstrata também enriquecem a muitas dessas obras; ainda assim nelas não se deixam de discutir — às vezes até com veemência — problemas fundamentais para o mundo moderno — como o da Comunidade européia de Aço e Carvão (FRANÇOIS PERROUX ou BERNARD LAVERGNE, entre muitos outros). Dir-se-á que no

exemplo agora invocado são os aspectos políticos de um problema econômico os que mais apaixonam a inteligência francesa. Sem negar tal circunstância, fiquemos no registro dêsses debates, que alcançam uma amplitude, nos mais diferentes setores, expressiva da vitalidade antes mencionada.

Há, todavia, uma característica na obra de ciência francesa que sempre a singularizou entre as demais: a alta qualidade literária em que invariavelmente está vasada. Na verdade, se excetuarmos, entre os contemporâneos, a KEYNES e a VON HAYEK — possivelmente a LIONEL ROBBINS e a SCHUMPETER — trabalham os economistas, nos países anglo-saxões ou na Alemanha, sem maiores preocupações literárias. Podem ser homens de diversíssimos interesses, mas quase sempre escrevem em estilo pedestre ou árido, que às vezes se origina de uma precária organização do material disponível. Eis o que, em regra, não acontece ao sociólogo ou economista francês — seguro na exposição, rigoroso no arcabouço lógico de seu pensamento, sabendo realçar o valor de certos argumentos, mesmo quando suas idéias não sejam particularmente ricas. KEYNES, ainda a êsse respeito, é figura isolada e excepcional. Realizava o ideal pascaliano: associava o espírito de geometria ao de finura. Com razão já se observou que mesmo quando sua obra diminuir de interesse científico, o valor de certas páginas que legou à literatura inglesa (o “retrato” de Wilson, p. ex.) há de persistir, talvez crescer com o tempo. Seu ensaio sobre Malthus e aquele em que apresenta a figura bondosa e perspicaz de MARY MARSHALL asseguram-lhe posição à parte nas letras inglesas; só quando conhecidos é que se explica sua presença no grupo de Bloomsbury, a amizade que o ligava a Roger Fry ou Duncan Grant, o alto respeito que lhe tinham Lytton Strachey e Virginia Woolf.

* * *

A obra do Prof. ANDRÉ MARCHAL, publicada em fins de 1953, confirma aquele surto do pensamento francês depois da guerra e cauciona o nosso entusiasmo. Não lhe dedicaria um livro o eminente Professor da Faculdade de Direito de Paris se não comportassem os economistas franceses, pelo volume e alcance de seus trabalhos, um estudo à parte. As tendências dêsse grupo de estudiosos, o vigor de suas idéias, o significado de certas contribuições, já reclamavam sistematização que orientasse o público, sobretudo estrangeiro. O estudo agora publicado vem preencher a clássica lacuna, que se alargava cada vez mais e tão evidente que nos parece legitimar o emprêgo do velho chavão.

Trata-se de livro que se inicia com uma confissão: a de ser parcial. Será procedente essa confissão se o autor logo explica que ninguém pode gabar-se de perfeita objetividade? “A objetividade só pode ser relativa — diz êle. Quem pretende alcançar objetividade absoluta não engana apenas a si mesmo, engana aos outros”. (...) “A verdadeira objetividade consiste, antes de tudo, (...) em se dar conta de suas próprias determinações”.

Por que se trataria então de livro parcial? E’ que o autor escolheu “um centro de interesse próximo às suas preocupações pessoais” (p. VIII) para referir-lhe tanto a análise como a apreciação do que há de mais significativo na produção do pensamento econômico francês nestes últimos anos. Não parece, porém, que parcialidade dessa natureza seja obstáculo a que se chegue a uma conclusão válida. A crítica das ciências sociais pode e deve esteiar-se em

critérios metodológicos destituídos de qualquer personalismo. E nenhum mais fecundo que a distinção entre teoria e doutrina, consoante aquela recomendação de Gaëtan Pirou: “convém separar tão radicalmente quanto possível a teoria e a doutrina, a explicação e a aplicação, o conhecimento do real e o juízo valorativo (cf. *Traité d'Économie Politique*, 2.^a edição, 1945, p. 208/209; EMILE JAMES: *Histoire des Théories Économiques*, FLAMMARION, 1950, p. 6). Mas no caso do Prof. ANDRÉ MARCHAL, tanto mais se justificava sua atitude intelectual ante o problema, quanto é certo que fazendo história e crítica, tinha necessariamente de proceder a uma seleção de documentos, de forma que aprendesse o essencial e eliminasse o inexpressivo. Ora, quem fala de seleção de documentos, fala de interpretação subjetiva de seu valor. A exemplo de G. M. YOUNG, ao finalizar o admirável *Victorian England: Portrait of an Age*, poderia dizer: os resumos feitos foram sempre verazes, os fatos razoavelmente escolhidos, as omissões justificadas. Persiste, contudo, a interpretação, que dá ao livro vivacidade e interesse. E sem deixar de ser rigorosa a análise descritiva empreendida, facilita a formação de juízos de valor, consequência a que obras como esta, mesmo a contragosto, não se podem furtar. Participa o leitor, assim, de um debate intelectual que lhe revigora as idéias sem aborrecê-lo.

Balanceando na Introdução (p. 1/17) o que estrema as tendências do pensamento econômico em sua pátria, nega que nele se observe qualquer indício de crise, como tantos chegam a discernir; localiza essa crise mais precisamente na economia clássica. Constatação elementar — observará o leitor. Se se tratasse de outro país — lembraremos nós, mas convém levar em conta a brecha na cidadela dos Leroy-Beaulieu, por muitos anos inexpugnável no ensino universitário francês. Aprofundando melhor o exame da questão, acaba o Prof. Marchal por situar aquela crise no próprio *determinismo*, que viria presidindo ao desenvolvimento e à caracterização dos problemas de qualquer ciência até o início deste século. Como *crise do determinismo*, o fenómeno fôra por êle mesmo denunciado em volume anterior: — *Méthode Scientifique et Science Économique*, tome I: *Le Conflit Traditionnel des Méthodes et son Renouveau*, Librairie de Médecis, Paris (1952) — onde havia exposto, penetrantemente, em relação a outras ordens de idéias, argumentos que agora procura reiterar.

Quais os traços peculiares à ciência econômica francesa dos nossos dias?

1.^o) Tendência ao ecletismo e repulsa às pesquisas por demais especializadas;

2.^o) Amor à síntese;

3.^o) Preocupações metodológicas — eis o que o Prof. André Marchal nela vê de marcante e o que a seu juízo a diferencia da atividade seguida em outros países. Keynes já ressaltara aquele ecletismo, no prefácio à sua *Teoria Geral*, quando lhe coube apresentá-la ao público de língua francesa. Porventura surpreenderão êsses traços a quem tenha familiaridade com os que distinguem a própria inteligência francesa? Afinal, não se pode nem se deve esperar que o pensamento de um povo, em Economia ou Finanças, apresente caracteres diversos dos que o salientam em outros setores do conhecimento. Há quase sempre, na atividade mental de povos amadurecidos para a vida do espírito, uma atitude que lhes é como que intrínseca ou habitual. T. S. Eliot assinalou, há muitos anos, num ensaio famoso, que “tôdas as nações, tôdas as raças têm não apenas sua maneira de criar mas também de criticar,

e tendem a ser mais indulgentes para com os defeitos e limitações de seus hábitos críticos do que em relação ao seu gênio criador". (*Selected Essays*, FABER AND FABER, Londres, 1932, p. 3).

Talvez se pudesse acomodar esta observação à maneira de cultivar, em certos países, determinadas ciências sociais, pois já nos foi dado observar que há tal ou qual ironia em alguns para com os rumos que essas ciências costumam tomar em outros, como se houvesse um povo eleito para o estudo de cada uma delas e só ele detivesse a chave para abrir todos os seus problemas. Daí aquela indulgência para com as próprias limitações críticas, de que fala ELIOT, quase sempre acompanhada por uma especial severidade no julgamento da produção alheia.

Haverá quem desconheça êste fato banal: a diversidade entre um francês, um alemão, ou um britânico, por exemplo, no modo de atacar uma questão de alcance cultural, econômico ou jurídico? O primeiro sempre que pode abrevia a análise para chegar mais rapidamente à síntese, procurando apresentá-la em fórmula diáfana e precisa; o segundo vê na análise rigorosamente conduzida quase que a razão de ser da ciência; já o terceiro, se muitas vezes se compraz na análise especulativa em si mesma, nela não se detém porque lhe guia os passos uma sólida confiança no valor da experiência empírica; sua exposição, não sendo compacta, como a germânica, nem fluente, como a francesa, é exata e revestida de uma elegância grave que poderíamos chamar de tipicamente britânica (é o caso de Tawney ou Christopher Dawson).

Admitindo-se que haja alguma verdade no que vem de ser dito, compreende-se que a França não seja a pátria de KANT ou de BACON, mas a dos Enciclopedistas ou daqueles "brilhantes escritores" (qualificação de GOETHE) da categoria de VICTOR COUSIN, GUIZOT ou VILLEMMAIN. Em Economia ou Finanças, a autoridade que o seu pensamento desfruta provém, em regra, de homens como CAUWÈS, GIDE ou ALLIX; LOUIS BAUDIN ou HENRI LAUFENBURGER, entre os contemporâneos. Por isso, fiéis a essa vocação de temperança, aplicam-se os economistas e financistas franceses a filtrar o que há de original nas outras culturas, condensando a produção de pioneiros para assimilação universal. E' a sua força hoje, como o foi no passado. Não seria exagero afirmar-se que o segredo de sua ascendência se explica precisamente por êsse ecletismo que torna a ciência francesa uma encruzilhada necessária à humanidade.

O relêvo com que o Prof. MARCHAL acentua no seu livro as características acima referidas — embora talvez não concordasse com a formulação que vimos de propor — não é dos menores méritos que apresenta. A nosso juízo, a importância de sua contribuição provém de que mostra com firmeza a aversão generalizada, em França, de se estruturarem os estudos econômicos em bases de inteira autonomia. Embora não dê ponderação atenta ao impacto da sociologia ou das preocupações humanas sobre os estudos econômicos em sua pátria, não deixa o Prof. ANDRÉ MARCHAL de reconhecer que talvez esteja nessa presença do humano ou do social a diferença específica que há entre eles e os congêneres estrangeiros. "A tendência — escreve textualmente — a reintegrar a ciência econômica em um quadro sociológico é, sem dúvida, o traço mais característico do pensamento francês atual"; "Os fatores sociológicos não são apenas os quadros da atividade econômica: são a sua própria essência".

Compreende-se tal estado de espírito. A França não foi apenas o país que sistematizou a Sociologia no início do século XIX: foi, antes de tudo, onde ela se renovou e enriqueceu em questões metodológicas, nos fins do mesmo século e no início dêste.

DURKHEIM e sua escola deixaram um vinco inapagável na Sociologia, bastando lembrar o seu pequeno, mas poderoso livro sobre *Ae regras do método sociológico*. Não terá sido coincidência, por outro lado, que um homem como LE PLAY lançasse em França as sementes de sua extraordinária obra de ciência e humanidade: mesmo nos seus erros ou excessos, é bem um representante da cultura francesa, cuja vocação há mais de oito séculos vem sendo a do humano. Se não nos enganamos foi Thibaudet quem observou ser a literatura francesa o maior e o mais profundo inquérito até hoje realizado sobre o Homem; decorre precisamente daí o significado e a força dos seus moralistas, quase todos sociólogos *avant la lettre*, desde MONTAIGNE a MONTESQUIEU. Assim, o social, em certos casos, a tendência humanista, em outros, orientam e marcam a atividade intelectual francesa, quer em Economia, quer em Finanças, reforçando êsse caráter eclético dos seus melhores representantes.

As diferenças do método são, porém, mais decisivas e dão à economia francesa feição absolutamente à parte. Os professores JEAN MARCHAL, LOUIS BAUDIN, HENRI GUITTON — para citar apenas dentre os mais ilustres — só parcialmente utilizam métodos e processos de raciocínio ou exposição a que nos acostumaram os economistas anglosaxões, austríacos ou escandinavos. Com efeito, em França, a Economia ainda se encontra na fase pre-marshalliana ou prediagramática, isto é, seus estudiosos quase não recorrem aos diagramas para demonstrações teóricas ou quando o fazem é para reproduzir ou apenas introduzir pequenas modificações nos que colherem em obras estrangeiras. E o fato de ordinariamente os dispensarem ainda mais sublinha essa atitude metodológica e crítica que lhes é comum, valorizadora do elemento social e humano.

O dedutivismo, aliás, na ciência econômica francesa, só logrou desenvolver-se depois de se ter transplantado para Lausanne, voltando à França por intermédio de Pareto, que em sua formação intelectual deve muito mais à Itália e a Pantaleoni, em particular, que à própria cultura francesa. Ninguém ignora, com efeito, que a obra de COURNOT ou a de WALRAS não teve de pronto a repercussão que seria lícito esperar. Com a exata perspectiva que só o tempo proporciona, analisando agora a uma e a outra, vemos que êsses dois economistas só se impuseram à consideração depois que o movimento de idéias, a que se filiaram, conseguiu vencer no exterior, na Austria ou na Inglaterra, graças a STANLEY JEVONS e a MARSHALL, a Menger e a BÖHM-BAWERK. Tanto é verdade que mesmo os economistas confirmam que não se é profeta em sua terra...

— Varii Auctores: *Traité d'Économie Politique*, publié sous la direction de LOUIS BAUDIN, tome II, Paris, Librairie Dalloz, 1953 (p. 1036).

O segundo volume do *Traité d'Économie Politique*, publicado sob a direção do Prof. LOUIS BAUDIN, em fins de 1953, prolonga o belo êxito intelectual

tual do empreendimento começado dois anos antes (*Traité d'Économie Politique*, tome I, Librairie Dalloz, 1951; — v. *Revista do Serviço Público*, junho de 1952). Todos os colaboradores agora recrutados pertencem a universidades francesas, a exemplo dos anteriores, de forma que se pode considerar este Tratado, no momento, como a melhor expressão do ensino que nelas se ministra. Alguns já tinham contribuído para o primeiro volume, outros só agora participam do empreendimento. Confirmam todos, porém, a um primeiro exame e depois de leitura mais cuidadosa, o que vem de ser registado relativamente à tendência de a moderna economia francesa (ou, pelo menos, os seus melhores representantes) tentar reintegrar-se em quadros sociológicos, quer de pesquisa e teoria, quer de doutrina e aplicação, ao invés de reivindicar para a ciência econômica uma independência total, que seria excessiva ou infecunda. Os colaboradores agora reunidos neste segundo volume não se revelam sociólogos, apegados a escolas ou a ortodoxias, mas não se isolam nem se desinteressam também daqueles quadros sociais relegados a plano inferior por tantos economistas contemporâneos. Há um esforço comum: dar à especulação econômica os alicerces sociológicos que a tradição do pensamento francês reclama.

Afeitos à costumeira classificação dos fatos econômicos de J. B. SAY e às necessidades impostas pelos programas universitários, conseguiram os colaboradores deste volume, graças à orientação do Prof. Louis Baudin, forrar-se à estreiteza de tais injunções e dividiram a matéria a ser versada do seguinte modo: — *Terceira parte* — A CIRCULAÇÃO (continuação): O comércio interno, Profs. ROBERT GOETZ — GIREY e HENRY KRIER; As Sociedades cooperativas, Prof. BERNARD LAVERGNE; Os Mercados, Prof. PIERRE VIGREUX; Os Transportes, Prof. HENRY HORNBOSTEL; As relações Econômicas Internacionais. Noções Preliminares: A Contabilidade da Nação; Balanço de pagamentos, Prof. MAURICE BYÉ; A estrutura da economia internacional, Prof. GÉRARD MARCY; A vida econômica internacional, Prof. MAURICE BYÉ; Os movimentos internacionais dos Homens, Prof. JEAN MORINI — Comby. *Quarta parte* — DISTRIBUIÇÃO: Prof. HENRI NOYELLE — compreendendo os seguintes capítulos: Avaliação e distribuição da riqueza nacional; O Salário; A renda; O Lucro; O Juro; A intervenção do Estado na distribuição. *Quinta parte* — O CONSUMO: Prof. JEAN MARCEL JEANNENEY. *Sexta Parte* — O EQUILÍBRIO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO. AS FLUTUAÇÕES ECONÔMICAS: Prof. HENRI GUITTON.

Logo de início, convém ressaltar a qualidade excepcional de qualquer dos capítulos, o que nos leva a colocar este segundo volume, se possível, acima do primeiro. Na verdade, é através de mil páginas maciças de erudição, mas de límpido raciocínio e fluente poder expositivo, que nos são apresentadas algumas das questões mais intrincadas da ciência econômica moderna.

Nota-se, à proporção que se vai penetrando no espírito geral da obra, mal grado serem tantos os seus autores, que não houve mera justaposição de capítulos, ainda que de acordo com um plano pre-estabelecido. O trabalho de coordenação foi profundo e seguro, e a harmonização de pontos de vista tanto mais serena quanto é certo que as questões examinadas se prestavam a controvérsia e a manifestações de individualismo. Destaquem-se de cola-

boração tão rica os trabalhos dos Profs. HENRI GUITTON, MAURICE BYÉ, GÉRARD MARCY e HENRI NOVELLE, tratando, respectivamente, dos problemas referentes ao equilíbrio da produção e do consumo e dos atinentes às flutuações econômicas (Vol. II, pg. 945/1014); dos que ocorrem nas relações econômicas internacionais (Vol. II, p. 215/242; p. 243/451; p. 452/586) e dos que se incluem na categoria genérica da Distribuição (Vol. II, p. 681/901).

A contribuição do Prof. GUITTON, para quem já se familiarizou com o volume que escreveu sobre o mesmo assunto — *Les Fluctuations Economiques*, Recueil Sirey, Paris, 1951 — a fim de completar o Tratado de GAËTAN PIROU, não encerrará maiores surpresas. Como deixar em silêncio, no entanto, a prodigiosa capacidade de síntese que o Prof. GUITTON mais uma vez revela, realizando empresa semelhante à de que se saíra tão brilhantemente, quando no primeiro volume deste Tratado versou o problema do Mecanismo dos preços (Vol. I, pp. 207/265), que na própria França já fôra objeto de estudo minucioso por parte do Prof. JEAN MARCHAL? O trabalho dagora — que também só ocupa cerca de setenta páginas — abrange o exame da “observação dos movimentos econômicos, a conjuntura” (Cap. I), com o fim de verificar a adequabilidade dos instrumentos de análise adotados, sobretudo as séries estatísticas e o seu tratamento; um resumo histórico das crises e dos ciclos econômicos, bem como sua caracterização e formulação do estado atual do problema, com as teorias existentes a respeito, e as medidas preventivas ou corretivas que se vêm elaborando (Cap. II); para finalizar com o balanço dos movimentos econômicos de longa duração, onde se ponderam as vagas seculares, as ondas KONDRATIEFF, etc. Não conhecemos, em qualquer outra língua, quem tenha logrado dentro desses limites resultado tão completo e convincente como o Prof. GUITTON, que domina, aliás, com inteira segurança, a bibliografia da matéria, podendo oferecer, por isto mesmo, um balanço magistral, onde se fundem rigor teórico, boa informação documental e clareza expositiva.

A contribuição dos Profs. BYÉ e MARCY constitui possivelmente a essência deste segundo volume. Compõe-se o extenso capítulo que lhes foi confiado — Cap. IX: *As Relações econômicas internacionais* — de uma Introdução, onde se apresentam Noções preliminares, e de duas partes, que praticamente poderiam compor dois volumes pelo seu desenvolvimento ou um tratado especializado sobre a matéria, já que lhes mereceu tão minucioso exame. A Introdução e a segunda parte — *A vida econômica internacional*, couberam ao Prof. BYÉ; a primeira — *A estrutura da economia internacional* — tocou ao Prof. MARCY. No conjunto, formam uma das análises mais vigorosas até agora realizadas, seja sobre questões de contabilidade externa da nação e seu balanço de pagamentos, seja a respeito da estrutura e das condições gerais de funcionamento da economia internacional.

O Prof. MAURICE BYÉ não é nome estranho aos círculos intelectuais brasileiros, pois aqui já ensinou na década de 30 e exerceu entre nós apreciável influência científica e universitária. O Sr. EUGENIO GUDIN, por exemplo, no prefácio ao primeiro volume do seu Tratado, reconhece quanto lhe deve no esclarecimento de certos problemas de economia monetária. O surto de sua poderosa atuação no pensamento econômico francês ocorreu, todavia, depois de 1945 e com o seu retorno à atividade acadêmica em Paris, onde

os cursos de doutorado que vem professando são dos mais acatados, posto que até agora continuem sem a divulgação merecida (é o que presumimos, talvez por deficientes informações).

Os problemas concernentes à contabilidade externa da Nação, versados na Introdução do Capítulo IX, e cuja solução as pesquisas mais recentes procuram encaminhar, apresentam-se, consoante o Prof. Byé, do seguinte modo:

1.^o) Como classificar os títulos Ativo e Passivo da Contabilidade nacional externa? (Problema de apresentação).

2.^o) Que se deve entender como resultados favoráveis e desfavoráveis? e, correlativamente, que se deve entender por equilíbrio do balanço de pagamentos ou de tal ou qual dos seus elementos componentes? (Problema de apreciação).

3.^o) Como determinar estatisticamente os diversos títulos da contabilidade nacional externa? (Problema de estimativa).

4.^o) Como integrar os títulos externos na contabilidade geral da Nação? (Problema de integração).

A essas questões o Prof. Byé responde com oportunas distinções não só de natureza semântica, metodológica e documental, mas principalmente de natureza teórica, logrando disciplinar noções flutuantes e que exigem, de ordinário, um penoso aprendizado através de compêndios e tratadistas. Não terá sido exemplar ou definitiva para muitos a clarificação apresentada pelo Prof. Byé; a dissipação de dúvidas em questões como as de comércio exterior se tornou extremamente difícil, já que nelas se cruzam problemas de vária natureza, mas em poucas obras modernas, até onde podemos afirmá-lo, se deparará tratamento tão lúcido e sistemático da matéria. Assemelha-se sua contribuição, neste segundo volume, àquela com que participou, no primeiro tomo, a respeito de Moeda: consegue apresentar simplificada e o estado atual do problema sob diferentes pontos de vista, de forma que habilita o leitor a empreender sozinho e perfeitamente orientado a caminhada de estudos ulteriores.

Convém ainda ressaltar que o estudo do Prof. Byé tem o mérito de entretecer, com rara habilidade, aspectos históricos, teóricos e doutrinários inerentes ao assunto que analisa. Este método ainda melhor se exemplifica quando, na segunda parte, é submetida a vida econômica internacional a um exame conforme os diferentes pontos de vista utilizados como ferramenta de trabalho científico. É o que o Prof. Byé chama de *diferentes óticas de observação*. Assim, é distinguindo, preliminarmente, a *ótica clássica* ou *ótica dos preços*, por isso que os seus propugnadores consideram as relações econômicas internacionais como simples relações de mercado; em seguida, é isolando as que preferem voltar-se para as relações entre as várias rendas nacionais e para os fenômenos que se induzem das variações autônomas dessa renda: *ótica moderna*, conforme alguns batizaram, mas que o Prof. Byé, a exemplo do Prof. Viner, não acha seja assim tão moderna, por isto que remonta a Ricardo; finalmente, expõe o Prof. Byé os esforços de uma terceira corrente, que não chega talvez à criação de uma ótica (ou mais singelamente: que repudia a adoção de uma hipótese de trabalho definida e ex-tremada), mas que se esforça por fundir e superar as explicações anteriores

em virtude de sua própria parcialidade: superação que, de resto, aspira a ser “um aprofundamento, uma síntese e uma análise mais completa das causas subjacentes do comportamento internacional”.

A formulação do pensamento do Prof. Byé é por ele mesmo tão superiormente apresentada que não resistimos ao prazer de citá-la por extenso (p. 458/459):

“A passagem da ótica clássica à ótica rigorosamente contemporânea se traduz por uma transformação do aspecto que foi isolado pela teoria do fato nacional.”

“Enquanto os clássicos consideravam a nação como uma soma de agentes micro-econômicos em perfeita concorrência, já que a única diferença entre a economia internacional e a economia nacional devia ser localizada na imobilidade relativa dos fatores de produção; enquanto na chamada ótica moderna (ótica da renda), a nação já aparece como um todo mais complexo, por isto que se torna impossível isolar os dados externos dos dados internos, uns e outros concorrendo para o equilíbrio do subemprego ou do pleno emprego; para os escritores contemporâneos a nação se afigura como um grupo de grupos com particularidades internas e externas.”

“A nação é constituída, efetivamente, por grupos cujas reações são mais ou menos flexíveis aos fenômenos internacionais; por grupos dominadores e por grupos dominados; por grupos mais ou menos integrados no conjunto nacional e cujas reações, por conseguinte, serão induzidas, em maior ou menor grau, das ações dêsse conjunto.”

“Nenhum sistema nacional é igual aos outros em grandeza ou em grau de desenvolvimento. *As relações de dominação estão inscritas em toda a realidade internacional.*”

“Segue-se daí que as relações internacionais só parcialmente são relações de mercado. Mercadorias e capitais podem circular no interior de um mesmo grupo industrial instalado em vários países sem verdadeiramente serem vendidas. Mercadorias e capitais podem, por outro lado, ser dados por um Estado a outro. Consequentemente, não é sem interesse que uma variação de preços se origine em um país ou em outro, pois em certos casos ela se propagará e em outros não (teoria dos preços diretores). Finalmente, as variações de renda, que absorvem principalmente a teoria moderna, têm alcance diversíssimo conforme se originem em uma economia dominadora, capaz de as transmitir ao mundo, ou em uma economia dominada, incapaz de as transmitir. Assim, em todos os pontos fundamentais, os autores modernos demonstram preocupações a que a teoria clássica, em seu conjunto, se manteve alheia.”

O trabalho do Prof. GÉRARD MARCY sobre a “estrutura da economia internacional”, a exemplo do método adotado pelo Prof. Byé, também combina, inteligentemente, análise teórica e investigação histórica, como “bússola para a fixação de uma política econômica. Assim, ao examinar “os elementos determinantes da estrutura do comércio internacional” (p. 246/390), à luz das teorias que melhor os discriminam (p. 257/262), o autor procede, preliminarmente, à caracterização da “estrutura das economias nacionais” (páginas 263/288), graças a um estudo minucioso da “especialização” que as

distingue e de como elas entrelaçam seu poderio para formar a “estrutura do comércio internacional”. Examina, em seguida, a “ação dos importadores e exportadores” (p. 288/299) e os fenômenos que geram: cartéis, exploração do poder de monopólio e acordos internacionais de mercadorias, estendendo-se, também, sobre as razões que levam o Estado a intervir, direta ou indiretamente, no comércio internacional: política aduaneira e política cambial (p. 300/390).

Cumprе assinalar, ao menos de passagem, a riqueza de argumentação e a segurança de análise com que o Prof. MARCY apresenta êsses problemas de tanta atualidade para o Brasil e que têm dado ensejo a críticas e opiniões tanto mais extravagantes quanto de regra sem fundamento. Não seria demais que certos jornalistas nossos, arvorados em economistas, procurassem alicerçar, em páginas de tanta eficácia expositiva, a precariedade de muitas das suas críticas.

As páginas finais do Prof. MARCY dão um retrospecto preciso do comércio mundial neste e no século passado (p. 391/403), e, mais particularmente, tanto nos dois períodos — bem caracterizados pela separação da crise de 1929 — que se seguiram à guerra de 1914/1919, como depois da segunda guerra mundial (p. 404/451). Saliente-se, para encerrar estas observações, que o capítulo IX é um exemplo excelente da coordenação de pensamento e método que o Prof. LOUIS BAUDIN, de um modo geral, conseguiu em todo o Tratado: quase não se observa que o capítulo foi confiado a pessoas diferentes tal a unidade de pontos de vista e até mesmo de estilo.

A quarta parte — *Distribuição* — foi confiada ao Prof. HENRI NOVELLE, que a subdividiu em seis capítulos: Avaliação e distribuição da riqueza nacional (I); O salário (II); A renda (III); O lucro (IV); O juro (V); A intervenção do Estado na Distribuição.

O primeiro capítulo talvez não satisfaça a quem já se tenha familiarizado com o tratamento dado às noções de “riqueza nacional” e “renda nacional”, em diferentes compêndios ingleses ou norte-americanos. Tratamento padrão, se assim podemos dizer, muitíssimo superior ao do Prof. NOVELLE. Bastará recordar o minúsculo, mas admirável livro de J. R. HICKS: *The Social Framework*, quer na sua edição original (inglesa), quer nas edições norte-americana (a cargo de A. G. HART) ou mexicana (sob a orientação de RAFAEL ZÚÑIGA), para que nossa observação seja ratificada. Nem tampouco valerá a pena lembrar outros livros — como os de SAMUELSON ou HANSEN — para mostrar que o problema foi versado de maneira incompleta, dificilmente aceitável mesmo dentro de certos limites. Na verdade, em matéria de renda nacional falar de “indigência da documentação que (os economistas) podiam elaborar” (p. 692), causa um tal ou qual constrangimento, que ainda mais aumenta quando se considera a bibliografia (apenas nove entradas) indicada ao fim do capítulo. Aquela simples relação de livros, sim, é que talvez merecesse adequadamente o qualificativo de indigente, pois se atesta o espírito selecionador (?) do Prof. NOVELLE, evidencia também que a ausência de trabalhos, como os de KUZNETS ou COLIN CLARK, responde pelas deficiências de tratamento dispensado a tão importantes e fundamentais problemas.

A capacidade do Prof. NOYELLE se revela, porém, à saciedade nos capítulos subseqüentes, maxime se atentarmos no fato de que se dirige especialmente a alunos do segundo ano de Economia Política, isto é, alunos já amadurecidos pelo estudo de questões de Produção e Circulação e pelo de outras disciplinas jurídicas, que os habilitam a analisar e distinguir, em tôdas as suas gradações, certos problemas de Economia Social e Política Social. O cap. II, p. ex., consagrado ao exame do salário, é das melhores monografias que conhecemos sobre o assunto, quer nos seus aspectos teóricos, quer nas questões práticas e jurídicas a que está ligado. O mesmo, aliás, em maior ou menor grau, se poderá dizer dos demais capítulos: constituem em conjunto um pequeno tratado de firme doutrina e lúcida exposição, particularmente útil ao administrador, ao parlamentar, ao homem público.

O *Traité d'Économie Politique*, sob a direção do Prof. LOUIS BAUDIN, tão vitoriosamente chegado ao termo de sua publicação no curto prazo de dois anos, representa, sem dúvida alguma, a mais importante contribuição acadêmica oferecida pela ciência econômica, em França, depois da segunda guerra deste século. E' um *tratado*, na mais estrita acepção da palavra: documentado e atual nas informações históricas ou estatísticas; erudito e profundo nas discussões teóricas; inspirado nas melhores fontes do humanismo francês em questões doutrinárias.

* * *

A VOCAÇÃO

O trabalho desenvolve a personalidade e fomenta a sociabilidade.

Mas não basta trabalhar no sentido genérico. Cada um sabe que existe um trabalho que lhe agrada mais que outro qualquer. A grande arte da vida está em realizar esse trabalho, o trabalho da nossa vocação. Esta é que dá sentido, alegria, entusiasmo e vibração aos nossos esforços. Que cada pessoa, pois, execute o trabalho que mais lhe convém, aquele em que possa crescer, desenvolver-se e prosperar, ganhando a vida, progredindo e triunfando socialmente.

(Prof. Humberto Grande, In "O Livro do Trabalhador", Ed. Lítero Técnica, Curitiba).